

## apresentação

### presentation

A edição atual percorre as múltiplas dimensões de um amplo período secular, desde o século XVII até o século XX, sobre a história do capitalismo no Brasil. O primeiro bloco de textos traz novas contribuições sobre a história da agricultura, em geral, e do café, em particular, no país. Em “Transformações da agricultura brasileira desde 1950”, Francisco Vidal Luna e Herbert Klein brindam-nos com sua ampla experiência de pesquisa sobre a história econômica brasileira para abordar de maneira panorâmica e em um enfoque global o processo bifronte de modernização da agricultura brasileira, no qual convivem, com inúmeros conflitos, o agronegócio e a produção de subsistência. A reiteração nos últimos setenta anos da grande propriedade e da produção para exportação, bem como a mudança geopolítica dos maiores consumidores mundiais dos produtos brasileiros, faz-nos ainda recordar as preocupações de Caio Prado Júnior com os atavismos coloniais da economia brasileira, quando publicou *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* em 1942, bem próximo do período inicial coberto por Luna e Klein.

O artigo de Rogério Naques Faleiros e Pedro Tosi, “O café no Brasil: produção e mercado mundial na primeira metade do século XX”, articula-se, em muitos aspectos, com o texto anterior ao apresentar uma interpretação sobre o comércio mundial de café, destacando as profundas transformações, ocasionadas pelas duas guerras mundiais e pela crise de 29, que afetaram a demanda das exportações da rubiácea nos países centrais. Os autores inovam ao trazerem à tona as rivalidades entre as potências da época, especialmente Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, pelo domínio do mercado cafeeiro. Se havia algum equilíbrio entre as exportações para a Europa e para os Estados Unidos desde a Primeira Guerra Mundial, com o segundo grande conflito a predominância será destacadamente dos Estados Unidos, que inclusive conseguem absorvem a crescente produção colombiana de café desde os anos 30. Também é

bastante interessante as diferentes estratégias de financiamento das exportações brasileiras de café postas por essas diferentes potências após a crise econômica mundial.

Complementando a contribuição de Faleiros e Tosi, a dimensão interna da comercialização de café é muito bem abordada por Beatriz Lanna, em “Casas exportadoras e importadoras no Porto de Santos e a cadeia global do café (século XIX e início do século XX)”. Uma consulta sumária aos jornais econômicos ou aos almanaques da segunda metade do século XIX ou do início do XX indica a enorme importância das casas estrangeiras, especialmente inglesas, norte-americanas e alemãs, nas exportações cafeeiras nos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Ao contrário do que pregam muitas interpretações clássicas sobre o capital mercantil cafeeiro, a comercialização e o financiamento das exportações do gênero era terreno compartilhado com grandes casas estrangeiras, que tiveram seu papel mal avaliado pelos historiadores. A cadeia de comercialização envolvia ainda o armazenamento, a circulação de cupons denominados warrants e a concessão de seguros. Muitas casas estrangeiras dedicavam-se à importação de mercadorias, ou realizavam os dois movimentos de importação e exportação, tendo grande relevância na importação de máquinas e equipamentos para as fábricas nascentes, inclusive com a concessão de créditos aos industriais. Por sua abordagem e pesquisa aprofundada nos documentos da época, o artigo de Beatriz Lanna convida a uma revisão profunda dos vínculos complexos entre o capital estrangeiro e nacional no desenvolvimento da economia capitalista em São Paulo.

O segundo bloco de artigos da presente edição trata das relações entre Estado e empresas no setor econômico vital dos transportes. Em “Estado e internacionalización empresarial: la trayectoria histórica de la firma canadiense Bombardier”, o historiador mexicano Adrian Escamilla indica o processo de internacionalização da empresa canadense apoiado por práticas protecionistas e subsídios estatais para a sua expansão no exterior a despeito de um discurso geral da globalização de abertura e livre mercado. Em um texto bem construído, o autor argumenta como essa internacionalização foi impulsionada, nos anos 80, pela desindustrialização de alguns países e aquisição de ramos estratégicos pela empresa canadense e, nos anos 90, pelo processo de privatizações realizadas em outros países, no caso o México. O estudo de Miguel Victor Tavares

Lopes e Marcelo Magalhães Godoy, “Estado, transportes e desenvolvimento regional: a era rodoviária em Minas Gerais, 1945-1982”, opera em um plano de análise regional, investigando os condicionantes que teceram a maior malha de estradas de rodagens no Brasil, em Minas Gerais. Nesse processo, os autores avaliam o conjunto de fatores, inclusive a dinâmica de concessões, financiamento e construção de vias, que permitiram uma “segunda modernização dos transportes”, como denominam, de uma economia periférica do ponto de vista industrial no conjunto do Sudeste.

O terceiro conjunto de artigos dessa edição apresenta novos subsídios para o estudo da história econômica colonial. Em “A mão do rei pela conquista: a instauração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (c.1601-1633)”, Livia Barbosa e Elenize Pereira trazem uma contribuição temporal e espacial ao estudo da história da administração fazendária brasileira, tanto pelo recuo ao pouco trabalhado início do século XVII, quanto pela análise de uma capitania pouco estudada mesmos nas investigações sobre o Nordeste brasileiro. As autoras realizam um uso muito competente das escassas fontes primárias do período para traçar os elementos principais da instauração da administração fazendária em um quinhão fronteiro do complexo econômico nordestino, então em plena formação, com os desafios da defesa militar de incursões estrangeiras e “ataques” indígenas, que permitiria consolidar a “conquista” portuguesa em terras potiguares com todo o seu aparato de guerra, igreja e fazenda.

Fazendo um uso primoroso da microhistória, Alexandra Maria Pereira, em seu artigo “A trajetória da família Pinto de Miranda pelo império português: ascensão econômica e social (segunda metade do século XVIII)”, traça o percurso de uma família com fortes laços mercantis em uma conjuntura completamente distinta à do artigo anterior, marcada pelo declínio aurífero e crescente produção agrícola e pecuária na capitania central do império português. Segundo a autora, assim como outros filhos de famílias do populoso norte de Portugal, Antônio e Baltazar Pinto de Miranda enriqueceram com o comércio de abastecimento das minas ainda na época do auge do ouro, nas décadas de 1740 e 1750, granjeando também o acúmulo de distinções simbólicas de status e cargos administrativos no governo local, especialmente a aquisição de contratos régios em pontos nodais do comércio com as minas e regiões adjacentes, como a alfândega do Rio de Janeiro, a pesca da baleia e o contrato das

jeribitas. Nesse sentido, o caso dos Pinto de Miranda mostra-se muito mais comum e permite alguma generalização ao percurso de diversos comerciantes e contratadores de origem reinol na economia da mineração que exploraram continuamente, e não raro com idas e vindas, o percurso Lisboa-Rio de Janeiro-Minas.

O último artigo dessa edição contribui para a crescente história do pensamento econômico brasileiro. Hugo Pereira e André Carvalho, abordam em “A controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de Ignácio Rangel em ‘A inflação brasileira’”, a contribuição singular de Inácio Rangel para a compreensão da dinâmica da inflação na América Latina na década de 1950, que se distanciava tanto das abordagens monetaristas quanto das interpretações estruturalistas sobre a questão.

Por fim, trazemos uma resenha de José Newton Meneses sobre a obra “Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, de Roberto Borges Martins, editada recentemente e que teve e tem importância seminal para toda a renovação da historiografia mineira sobre o século XIX.

Contrariando o costume, assino em primeira pessoa o editorial desse número. Ao longo de quatro anos, como editor e depois editor principal da presente publicação, pude aprender muitíssimo sobre as muitas faces da produção acadêmica, seja do lado mais técnico, seja em sua dimensão mais humana. O cuidado e a busca pela qualidade sempre são difíceis pela limitação de recursos, as vicissitudes da produção científica no país e a pressão de nossas próprias atividades como docentes e pesquisadores. Assim, cada edição é uma prova de que é possível um trabalho coletivo em um espaço vivo feito de papel e palavras. Apenas agradeço o enorme auxílio das diferentes presidências da associação, a generosidade de muitos autores e avaliadores, o companheirismo do convívio com os outros editores (e também sua paciência e dedicação), a presteza e competência de nossa revisão e editoração. Cada número foi uma vitória contra as muitas marés e deixo para outros bons e exímios navegantes essa honrosa missão. *E la nave va.*

Como sempre, desejamos a todos uma excelente leitura!

*Bruno Aidar*